

## EDITORIAL

### EDITORIAL DA RACEF - EDIÇÃO ESPECIAL

Caros leitores, autores e comunidade de pesquisadores,

Temos o prazer de apresentar os artigos da Edição Especial “SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL: RESTRIÇÕES E OPORTUNIDADES FRENTE ÀS ALTERAÇÕES NO AMBIENTE REGULATÓRIO” da RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE.

No primeiro artigo, intitulado “Desafios ao Cumprimento das Metas de Universalização do Saneamento Básico Ratificadas pelo Novo Marco Legal do Setor”, os autores Carlos Cesar Santejo Saiani, Rudinei Toneto Júnior e Regiane Lopes Rodrigues examinam os desafios enfrentados na implementação das metas de universalização conforme estabelecido pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico no Brasil. Concentrando-se especificamente no abastecimento de água e no esgotamento sanitário, mas também considerando questões relacionadas a outros serviços, a pesquisa analisa a atual estrutura de fornecimento, que em grande parte é gerida por companhias estaduais. Os autores explicitam que muitas cidades estão enfrentando problemas legais que dificultam a expansão desses serviços. Além disso, locais menos populosos e com menos recursos estão tendo dificuldades para fornecer esses serviços essenciais, criando lacunas no acesso.

O segundo artigo, de Vinicius Alvarenga e Veiga, intitulado “A Função Regulatória Diante dos Entendimentos do Supremo Tribunal Federal sobre Saneamento Básico e Regionalização de Serviços Públicos”, investiga profundamente os posicionamentos do Supremo Tribunal Federal sobre a prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico, utilizando uma metodologia de estudo de caso. O autor faz um confronto audacioso dessas interpretações com as diretrizes do Novo Marco do Saneamento Básico (NMSB), revelando a vital importância desses insights para a eficácia do exercício constitucional, assegurando um caminho claro e seguro para a função reguladora.

Já o terceiro artigo, intitulado “Panorama das Estruturas Tarifárias no Saneamento Básico”, de autoria de Fábio Garcia Silva e Bruno César Aurichio Ledo, analisa as estruturas de preços de 22 empresas de água e saneamento no Brasil, usando dados de fontes como SNIS, IBGE, ABAR e IBNET. Foram encontrados três tipos principais de estruturas de preços: tarifa mínima com IBT (Inclining Block Tariff ou tarifas crescentes por bloco), tarifa por disponibilidade com IBT e uma variação da tarifa por disponibilidade com diferentes valores por bloco de consumo com IBT. A combinação de uma tarifa fixa mínima com IBT garante receitas mais estáveis, sendo a escolha mais comum. Contudo, o componente IBT pode ter desafios, como cobranças desiguais e ineficiências econômicas. Na América Latina, é comum usar a receita da água para subsidiar o esgoto, o que se torna um problema em áreas com baixa cobertura de saneamento. O estudo destaca a necessidade de ajustes e revisões tarifárias, considerando várias dimensões e implicações da estrutura de preços.

---

Por sua vez, o quarto artigo, de Diego Augustus Senna, Luiz Philippe Pereira e Sonaly Rezende, intitulado “Desafios para a Expansão do Saneamento em Áreas Rurais: Caracterização de Ruralidades por meio de Algoritmos de Aprendizado de Máquina”, aborda as diversas maneiras como o espaço rural no Brasil é ocupado, cada uma gerando necessidades específicas que devem ser consideradas em políticas públicas. Dada a atualização do Marco Legal do Saneamento e as incertezas sobre o atendimento às áreas rurais, é crucial reafirmar os estilos de vida relacionados às várias formas de ruralidade. O Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) desenvolveu uma classificação de tipos de ruralidades para orientar o desenvolvimento de tecnologias de saneamento. Esta classificação foi criada agrupando setores censitários do IBGE, associando tipos específicos de ruralidades a discrepâncias no acesso aos serviços de saneamento. Neste estudo, técnicas de clusterização, redes neurais e Random Forests foram aplicadas para definir essas formas de ruralidades. Os resultados destacam diferenças significativas no acesso aos serviços de saneamento entre as diversas categorias do PNSR, demonstrando a adequação dessa divisão às condições reais. Esta pesquisa enfatiza a importância da análise de dados para compreender as disparidades rurais, fornecendo insights cruciais para orientar políticas públicas eficazes.

No quinto artigo, “Investimentos e Mecanismos de Financiamento no Setor de Saneamento”, os autores Marcelo Trindade Miterhof e Letícia Barbosa Pimentel analisam o investimento em saneamento, vinculando-o às concessões desde 2020 e às mudanças legais introduzidas pelo novo marco do saneamento. Examina investimentos recentes em relação às metas do novo marco e destaca desafios: aumentar o investimento, distribuí-lo regionalmente e envolver mais investidores externos. Explora fontes de financiamento, como bancos públicos e emissões de debêntures, além da necessidade de recursos fiscais para cobrir externalidades e garantir direitos humanos fundamentais. Para superar os desafios, enfoca a estruturação de projetos, a capacitação pública e a melhoria da regulação e segurança jurídica.

No sexto artigo, “Os Impactos da Ausência de um Regime de Transição do Novo Marco do Saneamento Básico perante as Formas de Prestação de Serviços”, Lais Ribeiro Senna explora as particularidades da prestação de serviços de saneamento básico em diferentes formas contratuais após as mudanças introduzidas pelo Novo Marco do Saneamento Básico. A autora destaca que o Direito utiliza regimes de transição para garantir segurança jurídica durante alterações significativas em setores específicos. No entanto, apesar das mudanças do Novo Marco, o regime de transição não foi estabelecido imediatamente após sua publicação, levando a impasses. Três anos depois, decretos foram emitidos para criar uma transição, mas eles não oferecem o detalhamento necessário. Essa falta de clareza prejudica a universalização dos serviços, impactando negativamente na previsibilidade e segurança jurídica do setor.

O sétimo artigo, de Carlos Roberto de Oliveira e Dalto Favero Brochi, intitulado “Desafios da Lei Federal Nº 14.026/2020: a Universalização da Regulação”, examina os efeitos do novo marco regulatório do saneamento básico (Lei Federal nº 14.026/2020) nas agências reguladoras locais. Ele explora as mudanças trazidas pela padronização regulatória por meio de normas de referência e pela regionalização dos serviços, estabelecendo unidades regionais de água e esgoto. Esse modelo busca otimizar a prestação de serviços públicos e promover a regulação em nível regional. O texto destaca a necessidade de fortalecer a regulação local e aborda o desafio da universalização, mencionando o alto número de municípios que ainda não estabeleceram agências reguladoras para serviços essenciais, como água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem.

No oitavo artigo, “Capacitação na Regulação do Saneamento no Brasil: Acertos e Desafios”, os autores Cíntia Maria Ribeiro Vilarinho e Eduardo de Aguiar do Couto analisam a eficácia do Plano de Capacitação em Regulação do Saneamento Básico do Brasil em relação à Lei nº 11.445/2007. Embora o plano esteja em conformidade com a lei, precisa melhorar em áreas como Controle Social e Noções de Recursos Hídricos, seguindo boas práticas internacionais. É crucial incentivar a participação das agências reguladoras. Além disso, desafios incluem a falta de governança adequada e a necessidade

---

de integração nas leis do setor. É essencial criar um ambiente propício para a regulação e maximizar os benefícios da capacitação para o setor como um todo.

O último artigo, intitulado “As Parcerias-Público Privadas no Brasil: um Caminho para o Saneamento Básico?”, dos autores Amaury Patrick Gremaud e Alexandre Ganan de Brites Figueiredo examina o estado atual das Parcerias Público-Privadas (PPPs) no Brasil e como elas podem ajudar na universalização do saneamento. Destaca a relevância dos investimentos em saneamento e como as PPPs podem contribuir nesse contexto. Também menciona os desafios enfrentados pelas PPPs e as medidas recentemente implementadas para incentivar essas parcerias. Além disso, ressalta a necessidade de aprimorar os acordos contratuais para assegurar sua viabilidade e priorizar o interesse público.

Desejamos a todos os leitores uma excelente leitura destes artigos que honrosamente a RACEF publica nesta edição. Boa leitura!

Janaina de Moura Engracia Giraldo (Editora-Chefe)

Editores convidados: Luciano Nakabashi, Marco Aurélio Gumieri Valério, Debora Dossiatti de Lima